



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº TRF2-MRU-2023/00006

Rio de Janeiro, 01 de março de 2023.

Objetivo da reunião: Gestão Ambiental
Horário e local: 11h - Sala Virtual - 11h de 06/12/2022
Assunto: Gestão Ambiental

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Ana Carolina Vieira de Carvalho	JUIZ FEDERAL CONVOCADO	TRFRJ
Tatiana Zoghaib Tanure	Assessor(a)	AGOV
Claudia Coutinho Gomes	Coordenador(a)	COGESA
Taís Penna de Queiroz	Assistente III	COGESA
José Fernando Coelho Val Quintans Junior	Assistente IV	COGESA
Pedro Hikaru Oishi	Assessor(a)	AGEC
Rosangela do Carmo Olivieri	Coordenador(a)	CINOVA
Renato Saldanha Lima	Chefe de Setor	CINOVA
Carlos Adalberto Palla	Diretor(a) de Secretaria	SIE
Isaac Leonardo Carriço	Assessor(a) Administrativo(a)	ASIE
Maria Lúcia Gonçalves Coelho Carnaval	Diretor(a) de Divisão	DISUS
Moama Mahin de Souza	Coordenador(a)	CEDUC
Tatiana Kowarski Larcher do Couto	Supervisor(a)	SERSAU

Pauta

1. Apresentação do Portal Socioambiental e do Painel de Indicadores Socioambientais.

Aos 06 de dezembro de 2022 foi aberta a reunião da CGPLS.

A servidora Cláudia Coutinho, Coordenadora da COGESA, iniciou a apresentação do Portal Socioambiental (<https://www10.trf2.jus.br/ambiental/>), esclarecendo que o objetivo do referido portal é divulgar, em um único local, as informações sobre a gestão socioambiental nas áreas judicial e administrativa do TRF2. Foram apresentadas as diversas seções do portal, dando-se maior enfoque na seção de gestão administrativa ambiental.



Assinado com senha por ANA CAROLINA VIEIRA DE CARVALHO - 01/03/2023 às 16:19:20.
Documento Nº: 3621947-8731 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3621947-8731>

Classif. documental

00.03.00.01



TRF2MRU202300006A

SIGA

Em seguida foi realizada a apresentação do Painel de Indicadores Socioambientais (<https://portaldeestatisticas.trf2.jus.br/arquivos/Pbi/Sustentabilidade.aspx>). Explicou-se que o painel objetiva contribuir para a transparência da gestão pública, além de auxiliar os gestores na tomada de decisão e no monitoramento dos indicadores e metas do PLS. Foi informado que, atualmente, a ferramenta apresenta apenas informações do TRF2 e em breve apresentará também indicadores socioambientais das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

2. Desempenho dos indicadores socioambientais de janeiro a outubro de 2022 (Res. CNJ 400, art. 10).

Na sequência, foram apresentados os resultados das metas dos indicadores definidos no PLS. Foi informado ainda que os indicadores anuais estarão disponíveis em fevereiro de 2023, quando os dados relativos a todos os meses de 2022 estiverem inteiramente disponíveis.

A Juíza Federal Dr.^a Ana Carolina Vieira de Carvalho, Presidente da CGPLS, chamou atenção para a importância da ferramenta de monitoramento e exemplificou com o dado que mostra o aumento do consumo de papel em outubro.

Quanto ao tema Copos Descartáveis, os presentes foram informados sobre proposta de substituição de copos de plástico descartáveis por copos biodegradáveis e para a realização de campanhas incentivando a redução do consumo, com base em estudos feitos pela SAT e pela COGESA.

Em relação ao indicador Água Envasada foi chamada atenção para a evolução do Tribunal na redução do consumo de galões de água mineral. O Diretor da SIE, Carlos Palla, deu mais detalhes sobre o desempenho do indicador, esclarecendo que a redução do consumo vista nos gráficos se deu principalmente pela redução do efetivo e que, no passado, iniciou-se uma ação para substituição dos galões por filtros. No entanto, a ação teve a continuidade prejudicada por alterações na água da CEDAE ocorrida em 2020, que deixou o público averso aos filtros, mesmo que, na realidade, a água proveniente do filtro nos edifícios do TRF2 seja livre de contaminação. Assim, o representante da SIE chamou atenção para a necessidade de uma campanha para informar o público interno das vantagens e da segurança da água proveniente de filtros no Tribunal, criando uma cultura de consumo por meio desse modo de fornecimento da água.

No tema Energia Elétrica, foi informado que houve um aumento do consumo em relação a 2021, mas o Tribunal está cumprindo a meta estabelecida no PLS, que se refere ao ano de 2019. O Diretor da SIE esclareceu que a central de água gelada influenciou no consumo de energia, uma vez que o tribunal passou por um processo de substituição de equipamentos antigos por novos, que irão otimizar a eficiência energética da central. Essa substituição foi realizada ao longo de 2022 e surtirá efeitos já em 2023. O representante da SIE complementou informando que no atual contexto, o Tribunal chegou ao máximo de suas possibilidades de ações estruturais de redução de consumo, o que pode indicar uma estabilidade nos dados do tema no futuro.

Quanto ao tema Água e Esgoto, os presentes tomaram conhecimento de que as metas foram cumpridas e que há a indicação de um cenário de estabilização. O Diretor da SIE esclareceu que o contrato de fornecimento de água encanada estipula uma faixa de consumo contratado previamente, só havendo cobrança extraordinária caso o limite desta faixa seja superada. Normalmente o Tribunal consome abaixo desse limite, porém, no mês de outubro de 2022, por conta das já mencionadas substituições de equipamentos na central de água gelada, houve um consumo além da faixa contratada. Contudo, em termos gerais, o consumo do Tribunal está estável quanto ao tema.



Em relação ao tema Gestão de Resíduos, a Coordenadora da COGESA apresentou os dados e esclareceu que a meta de destinação adequada de 100% dos resíduos gerados está pendente de um pequeno número de Certificados de Destinação Final ainda não emitidos pelos destinadores. Contudo, o monitoramento mensal segue sendo feito por meio do Sistema MTR do INEA, com intuito de se obter os certificados que faltam.

Quanto ao tema Limpeza, a Coordenadora da COGESA esclareceu que a ideia em 2023 é rever o plano de ação e as metas para avaliar o que funcionou e o que não funcionou, além de propor novas metas e ações.

No tema Telefonia, informou-se que o Tribunal está confortável no atingimento da meta.

Já em relação ao tema Combustíveis, foi informado que a meta de utilização de biocombustíveis não será atingida. Há um esforço nesse fim de ano para aumentar o uso de etanol com orientações dadas aos motoristas, porém não será suficiente para reverter o cenário de não atingimento da meta. O representante da SIE explicou que, por conta da própria dinâmica dos preços do mercado de combustíveis, ultimamente a gasolina tem sido o tipo de combustível que permite maior economicidade, possibilitando um maior número de quilômetros rodados com o menor consumo e gasto, o que acaba por estimular a sua utilização, em detrimento do etanol.

No tema Aquisições e Contratações, a apresentação demonstrou que a meta ainda não foi atingida até o momento, mas se projeta ser possível o seu atingimento até o final do ano.

Ao final do segundo item da pauta, foi explicado pela Coordenadora da COGESA que os indicadores que possuem periodicidade anual somente terão seus dados disponíveis no final de janeiro de 2023.

3. Avaliação das ações que compõem o Plano de Ação do PLS (Res. CNJ 400, art. 10).

A Coordenadora da COGESA apresentou a página de monitoramento das ações no Portal Governança e Gestão na intranet do TRF2.

A Assessora da AGOV, Tatiana Tanure, explicou aos presentes a importância de uma revisão do Plano de Ação do PLS, de modo a atualizá-lo e a vinculá-lo às respectivas metas, posto que esta última questão foi um dos apontamentos feitos pela recente auditoria da gestão socioambiental.

A Coordenadora da COGESA complementou propondo a realização de novas reuniões com as unidades gestoras em 2023 para que seja feita a revisão do Plano de Ação do PLS, a ser homologada posteriormente pela CGPLS. Em ato contínuo, foi proposta e aprovada a prorrogação da vigência do Plano de Ação 2022 para o ano de 2023.

Desse modo, os presentes definiram que as reuniões de revisão do Plano de Ação do PLS serão iniciadas no mês de março de 2023.

A Assessora da AGOV propôs a divulgação de e-mails mensais às áreas informando a situação dos indicadores.

Por fim, os presentes acordaram em estabelecer a data de 14/02/2023 para a realização da reunião de avaliação e aprovação do Relatório de Desempenho do PLS de 2022.

4. Disposições Finais



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

A Coordenadora da COGESA aproveitou a oportunidade para divulgar o novo grupo de e-mails da CGPLS (cgpls@trf2.jus.br). Propôs, ainda, a criação de um grupo de WhatsApp, não como ferramenta oficial de comunicação, que continua sendo e-mail, mas como um meio auxiliar de aproximação e troca de ideias, sendo a proposta aprovada pelos presentes.

Houve também a divulgação das palestras sobre coleta seletiva agendadas para o dia 12/12/2022.

Por fim, a Coordenadora da COGESA agradeceu aos presentes pela colaboração das áreas durante o ano de 2022 e a reunião foi encerrada às 12:17.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- assinado eletronicamente -

ANA CAROLINA VIEIRA DE CARVALHO
Juíza Federal Presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável
Tribunal Regional Federal da 2ª Região



Assinado com senha por ANA CAROLINA VIEIRA DE CARVALHO - 01/03/2023 às 16:19:20.
Documento Nº: 3621947-8731 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3621947-8731>



TRF2MRU202300006A